

Linguagem e emoção: o sofrimento ético-político de professores sobre a abordagem de “linguagem neutra” na escola

Language and emotion: Teachers' ethical-political suffering regarding “gender-neutral language” approach in schools

Dianna de Oliveira Ribas



diannadeoliveira@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

As iniciativas frequentes de limitar a autonomia de professores, assim como de monitorar sua prática pedagógica produzem situações específicas de sofrimento social pouco exploradas nos círculos acadêmicos. Influenciado pela teoria sócio-histórica-cultural e pela abordagem sócio-histórica da psicologia, este artigo tem como objetivo conhecer a dimensão ético-política do sofrimento de professores em relação à abordagem de questões relacionadas a gênero na escola, especialmente no que concerne à abordagem de “linguagem neutra” nas instituições de ensino e no acolhimento de alunos LGBTQIA+. A coleta de dados foi realizada em uma instituição pública municipal de ensino da baixada litorânea do Rio de Janeiro, através de entrevistas com 8 professores de Linguagens que atuam no Ensino Fundamental II. A fundamentação teórica que orienta esta pesquisa é constituída pelos referenciais teóricos de Spinoza (2007), Vygotsky (2009) e Sawaia (1999), com base no reconhecimento da afetividade como constitutiva do sujeito, na influência da filosofia dos afetos e na dialética exclusão/inclusão. Já a metodologia adotada é de cunho qualitativo, com foco na escolha do sofrimento ético-político como ferramenta de análise, em consonância com a sugestão de Souza Santos (1997) para que as ciências humanas incluam categorias desestabilizadoras na análise de questões sociais.

Palavras-chave: Emoção; Afetividade; Linguagem Neutra; Narrativas.

Abstract

Frequent initiatives to limit teachers' autonomy, as well as to monitor their pedagogical practices, create specific situations of social suffering that are scarcely explored in academic circles. Influenced by socio-historical-cultural theory and the socio-historical approach to psychology, this article aims to explore the ethical-political dimension of teachers' suffering related to addressing gender issues in schools, particularly concerning the use of "neutral" language in educational institutions and the inclusion of LGBTQIA+ students. Data collection was conducted in a municipal public educational institution located in the coastal region of Rio de Janeiro, through interviews with 8 Language teachers working in lower secondary education. The theoretical foundation guiding this research is based on the works



10.23925/2318-7115.2025v46i1e68104



FLUXO DA SUBMISSÃO:

Submissão do trabalho: 30/08/2024

Aprovação do trabalho: 14/05/2025

Publicação do trabalho: 11/06/2025

AVALIADO POR:

Francisco Estefogo (UNITAU)

Andrea Gabriela P. Amorim (PUC-SP)

Adolfo Tanzi Neto (UFRJ)

EDITADO POR:

Luciana Kool Modesto-Sarra (PUC-SP)

COMO CITAR:

RIBAS, D. de O. Linguagem e emoção: o sofrimento ético-político de professores sobre a abordagem de “linguagem neutra” na escola. *The Especialist*, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 587–611, 2025. DOI: 10.23925/2318-7115.2025v46i1e68104.

Distribuído sob Licença Creative Commons



of Spinoza (2007), Vygotsky (2009), and Sawaia (1999), emphasizing the recognition of affectivity as constitutive of the subject, the influence of the philosophy of affects, and the exclusion/inclusion dialectic. The adopted methodology is qualitative in nature, focusing on the choice of ethical-political suffering as an analytical tool, in line with Souza Santos' (1997) suggestion that the humanities should include destabilizing categories in the analysis of social issues.

Keywords: Emotion; Affectivity; Gender-Neutral language; narratives.

1. Introdução

A linguagem está atualmente no cerne das discussões sobre gênero no Brasil, especialmente nas redes sociais; mas também em casas legislativas, produções acadêmicas, campanhas publicitárias, coletivos LGBTQIA+, assim como em debates públicos e discussões polêmicas em diversos espaços. Brevilheri, Lanza e Sartorelli (2022) mapearam, entre os anos de 2020 e 2021, 26 projetos de lei em âmbito estadual e federal com o objetivo de proibir a abordagem de “linguagem neutra”, dentre os quais 24 apresentam proibições direcionadas à escola, de acordo com Junqueira (2018). Alguns desses projetos estabelecem punições e sanções disciplinares a professores e instituições que descumprissem a proibição. Embora, em 2021, o Supremo Tribunal Federal tenha declarado inconstitucional a Lei nº 5.123/2021 de Rondônia, que proibia a “linguagem neutra” na grade curricular, em materiais didáticos de escolas públicas e privadas, além do uso em editais de concursos públicos; outras leis semelhantes foram aprovadas como a Lei 1.1581/2023 em Belo Horizonte, de autoria do ex-vereador Nikolas Ferreira, publicada em 19 de agosto de 2023. Nesse cenário de disputas políticas e ideológicas, não é à toa que as instituições de ensino apareçam como principais alvos de tais projetos, já que segundo Foucault (2009), as escolas são as primeiras instituições disciplinares a que os sujeitos acessam. Todavia, a preocupação com os supostos prejuízos que poderiam ser causados aos estudantes através de uma possível abordagem de linguagem “neutra” nas escolas parece não incluir no debate público os sujeitos mais afetados por esse cenário: os professores da Educação Básica, a comunidade LGBTQIA+ e os próprios alunos. Enquanto isso, gramáticos, políticos, linguistas e jornalistas são convidados a contribuir em debates, *podcasts*, entrevistas e produções acadêmicas como o livro ‘Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate’ (Barbosa Filho & Othero, 2022), que embora apresente excelentes contribuições e perspectivas diversas sobre o tema em seus capítulos, não contém textos produzidos por pessoas trans ou não-binárias, o que seria fundamental para nuançar o debate produtivo apresentado na obra.

A necessidade de ouvir professores e alunos sobre o impacto das escolhas linguísticas feitas ou proibidas no ambiente escolar também é apontada por Borba, R., & Carvalho Lopes, A. (2019) ao analisarem os discursos em que o apagamento do gênero gramatical através do uso de –X, no colégio Pedro II e na Semana de Integração LGBT da UFRRJ, provocou debates polêmicos sobre o tema. Ademais, as dificuldades vivenciadas pela comunidade escolar em tratar questões de gênero nas instituições de ensino é uma das justificativas para a escolha do tema desta pesquisa por produzir situações específicas de sofrimento social. Parte dessa dificuldade é observável se considerarmos que nem o Plano Nacional de Educação (2014), nem a Base Nacional Comum Curricular (2017) apresentam explicitamente a abordagem de gênero em um cenário no qual professores têm sido demitidos por abordarem assuntos como igualdade salarial, o apagamento das mulheres na história ou o combate à discriminação de pessoas LGBTQIA+. Além disso, outra motivação desse estudo é a ausência de trabalhos sobre “linguagem neutra” por um viés da afetividade, pois acreditamos que a teoria do afeto pode contribuir com novos olhares e reflexões sobre o assunto. Assim, buscamos não só preencher as lacunas existentes em relação ao tema, mas contribuir com uma perspectiva mais ampla do debate ao considerar as produções acadêmicas de pessoas trans e não-binaries. Além disso, selecionamos como modelo de geração de dados, entrevistas com professores do Ensino Fundamental que vivenciam no chão da escola os efeitos das disputas político-ideológicas que envolvem a “linguagem neutra”. Portanto, o objetivo central deste estudo é conhecer a dimensão ético-política do sofrimento de professores em relação à abordagem de “linguagem neutra” nas instituições de ensino e no acolhimento de discentes trans e não binários.

Desse modo, instigados pela teoria sócio-histórica-cultural e pela abordagem sócio-histórica da psicologia, empreenderemos uma abordagem qualitativa de pesquisa (Denzin e Lincoln, 2006), orientados pelos referenciais teóricos de Spinoza (2007), Vygotsky (2009) e Sawaia (1998, 2001a, 2001b), com base no reconhecimento da afetividade como constitutiva do sujeito, na influência da filosofia dos afetos e na dialética exclusão/inclusão. Assim, as primeiras seções abordam concepções fundamentais sobre linguagem que norteiam o artigo, assim como reflexões sobre performatividade de gênero (Butler, [1990] 2018), “linguagem neutra” e ensino (Oliveira, 2022), além da afetividade. A segunda seção apresenta as escolhas metodológicas, como o modelo construcionista de entrevista (Holstein e Gubrium, 2003), o contexto sociopolítico da escola, os dados dos participantes da entrevista e o sofrimento ético-político como ferramenta de

análise proposto por Sawaia (1999). Na terceira seção, apresentaremos a análise dos trechos selecionados em nosso corpus, constituído pelas transcrições de 8 entrevistas semiestruturadas, realizadas com professores de Linguagens de uma escola pública, situada na baixada litorânea do Rio de Janeiro. Dentre essas entrevistas, selecionamos apenas uma, que será explorada com mais profundidade, enquanto as outras serão utilizadas para efeito de contextualização das análises. Por fim, na última seção, apresentaremos os resultados do estudo e as contribuições para possíveis desdobramentos da pesquisa.

2. Linguagem e emoção

2.1 Língua e gênero

Esta pesquisa está inserida no campo da Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 2006), assim, adotamos uma concepção que compreende a linguagem como prática social, sempre situada em um determinado contexto sócio-histórico e atravessada pelas relações de poder. Portanto, interessa-nos especialmente a perspectiva apresentada por Signorini (2012), que concebe as práticas linguísticas dentro de micropolíticas interacionais cujas formas variam influenciadas por diversos centros de poder, contextualizações e interpretações. Signorini argumenta que os estudos linguísticos devem se centrar nos princípios de desregulamentação da ordem linguística, pois ela propicia complexidade e dinamicidade dos usos em um determinado contexto histórico e geográfico. A relevância dessa concepção está relacionada à compreensão expressa por vários linguistas como Bagno (2011), Cameron (2012) e Lagares (2020) de que o que compreendemos como a norma padrão não é fruto de critérios objetivos e puramente linguísticos, mas sociais, políticos e econômicos. Bagno (2011) explica que a norma-culta é fruto de um processo de seleção, e por consequência de exclusão, já que toda escolha estabelece preferência a um elemento entre outros. Segundo ele, a escolha do dialeto ou língua que será usada como padrão é determinada pela localização do poder naquela nação e firmada por um constante incentivo político-ideológico, já que é a língua adotada por instituições normativas como o Estado e as instituições de ensino.

Assim, as regras que conferem unidade às línguas não são de caráter puramente linguístico, mas estão intrinsecamente ligadas ao caráter sociopolítico, histórico e cultural de um povo. Coady (2018) aponta que o gênero gramatical pode ser compreendido como um reflexo linguístico da binariedade social de gênero, ou seja, o sistema gramatical é utilizado também para reforçar

valores sociais dominantes como a heteronormatividade. Nesse sentido, a autora argumenta que os conceitos de genérico e não-marcado estão vinculados ao poder exercido por determinado grupo em relação aos outros. Portanto, o grupo que detém o poder costuma estar no centro do discurso e é considerado como normal, não marcado; enquanto os demais, por oposição, são compreendidos como marcados. Contudo, pesquisas na área de psicolinguística têm demonstrado que o masculino, embora seja defendido como generalizante por alguns gramáticos e linguistas, é interpretado como masculino específico pelos falantes (Gygax et al, 2008; Gabriel e Mellenberger, 2004), o que muitas vezes pode causar a exclusão de outras identidades.

Na década de 80, a necessidade de uma linguagem inclusiva, capaz de fazer referência também a mulheres, conduziu a um movimento reformista em que experimentos com formas alternativas buscavam a visibilização por meio de formas coordenadas (ele e ela) ou formas de neutralização por hiperônimos (pessoas, gente). Essas estratégias, embora incluíssem pessoas do gênero feminino, reforçam a binaridade de gênero e excluem pessoas que não se identificam com as categorias feminino e masculino. Mais recentemente, de acordo com Freitas (2015), outras inovações surgem nas produções de movimentos sociais e de jovens em diversas redes de comunicação. As grafias utilizadas a princípio (@, X) buscavam uma neutralização capaz de contemplar não só os gêneros feminino e masculino, mas também pessoas cuja identificação de gênero ultrapasse essa dicotomia. No entanto, essa inovação tipográfica não encontrava correspondência sonora, o que levou à criação de uma neutralização pronunciável por meio de uma inovação morfológica, o uso de “e” para fazer referência a pessoas não-binárias no singular - e, no plural, a grupos heterogêneos (menines, todes). Essa inovação, assim como o conjunto de neopronomes que contempla formas como elu, e, ile são exemplos do que tem sido chamado de “linguagem neutra” ou neolinguagem.

Nesta pesquisa, utilizaremos o termo neolinguagem para fazer referência ao conjunto de estratégias, utilizadas para ampliar o repertório de que dispõem os falantes, em busca de possibilidades de referência a pessoas que não se encaixam na binariedade masculino x feminino. Embora o fenômeno também seja conhecido como linguagem inclusiva de gênero, linguagem não-binária ou “linguagem neutra”; o termo aqui adotado é defendido pela maioria dos coletivos trans e não-binários, já que a confusão conceitual que envolve o termo linguagem “neutra” é prejudicial à compreensão das reivindicações feitas pelos grupos. Primeiramente, muitos especialistas têm defendido que a linguagem “neutra” seria a proposta de acrescentar um

terceiro gênero à língua portuguesa, o que não é a compreensão de pessoas não-binárias já que a proposta busca uma ruptura com a binariedade existente, que atualmente reduz as identidades a uma lógica quantificável em que apenas duas possibilidades estão disponíveis (Brevilheri, Lanza e Sartorelli, 2022). Desse modo, os autores supracitados traçam um paralelo entre a proposta e as críticas feitas por Butler (2018) sobre a reprodução do binarismo ainda presente em alguns discursos feministas, segundo os quais, comportamentos que não seguem o modelo bipolar seriam considerados inadequados. De modo semelhante, Brune Bonassi (2017), pesquisadora não-binária, enfatiza que ainda no século XXI, é possível notar uma série de acordos sociais que favorecem corpos não-cisgênero enquanto possibilidade de exclusão de corpos trans.

As propostas de neolinguagem, assim como as oposições a essas propostas são exemplos do que Deborah Cameron chama de higiene verbal, que faz referência ao “conjunto de discursos e práticas através das quais o sujeito tenta ‘limpar’ a língua e transformar sua estrutura ou uso conforme os seus ideais de beleza, verdade, eficiência, lógica, coerência e civilidade”. (CAMERON, 2012, p.07). A higiene verbal, segundo a autora, é resultado do funcionamento da linguagem, uma consequência da inclinação humana para a reflexividade metalinguística, considerando que os falantes não só produzem linguagem, mas também estão constantemente refletindo sobre o próprio comportamento linguístico, além de produzir críticas sobre a linguagem do outro. As práticas de higiene verbal, como afirma Cameron, não contemplam somente as atitudes prescritivas e puristas de alguns linguistas, autoridades ou gramáticos; mas qualquer prática que tenha como motivação regular ou desregular a língua para melhorá-la, controlá-la. Tais práticas podem se manifestar de diversas maneiras como na produção de guias para uso de neolinguagem, nos cursos de oratória, nas campanhas para uso de linguagem acessível. Sendo assim, podem ter efeitos socialmente positivos ou negativos, na medida em que podem contribuir para reforçar e até mesmo fundamentar preconceitos sociais ou questionar ordens linguísticas já estabelecidas em prol da visibilidade de grupos marginalizados.

Cameron (2012) também apresenta preocupação particular com a importância da linguagem na construção das identidades, já que elas não são anteriores à língua, mas sim construídas, principalmente, por meio de performances linguísticas capazes de inventar e reinventar existências utilizando estratégias de ressignificação de si mesmo como mencionado por Greco (2019) em *Linguistic Uprisings: Toward a Grammar of Emancipation*. Embora os falantes possam ter diferentes níveis de consciência a respeito da língua e dos seus usos, todas as práticas

de higiene verbal, ou seja, as reflexões, críticas e juízos feitos sobre a língua são orientadas por ideologias, sejam dominantes ou não. Assim como não há como fugir das ideologias, Cameron afirma que também não é possível esquivar-se da normatividade.

2.2 Gênero e performance

As normas sociais que contribuem para a conservação de uma heteronormatividade hegemônica possuem impacto direto na vida dos sujeitos cujas experiências identitárias são mais complexas do que prevê a lógica binária de gênero. Assim, essa matriz hegemônica, de acordo com Borba (2014, p. 445), “institui como natural, normal e inquestionável a ligação linear e essencial entre sexo biológico, gênero, desejo sexual e subjetividade”. Na cultura brasileira, ainda impera um consenso de que a identidade está relacionada à essência do sujeito, assim o sexo biológico com o qual o sujeito nasceu determinaria um conjunto limitado de escolhas como desejo sexual, tipos de indumentária, modos de falar, papéis sociais, interesses e gestos. Contrária a tal determinismo, Butler concebe a ideia de gênero não como natural e predeterminado, mas como uma construção social. De acordo com a autora, “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, [1990] 2018, p. 69).

Assim como a repetição foi necessária para construir a ideia de gênero como algo natural. O uso do masculino como genérico, por exemplo, também foi construído através de repetições desse recurso na linguagem cotidiana, como o uso da palavra “homem” para fazer referência a seres humanos ou substantivos masculinos para fazer referência a um grupo, mesmo que majoritariamente formado por mulheres. Além disso, as normas gramaticais também desempenharam um papel fundamental nessa compreensão ao estabelecerem as regras de concordância nominal e bom uso da língua portuguesa. Sendo assim, é compreensível que inovações linguísticas como os neopronomes causem estranheza, apesar do caráter dinâmico das línguas, que estão sempre em processo de transformação para atender às necessidades sociais. No entanto, como afirma Oliveira (2022), se as formas linguísticas existentes atualmente já não são suficientes para dar conta da realidade social, por que não expandir o repertório de

possibilidade dessa língua se isso for capaz de trazer maior respeito e visibilidade a quem está em situação de sofrimento?

2.3 Por uma valorização das emoções

Por muito tempo, as emoções foram marginalizadas nos estudos científicos por serem consideradas irrelevantes ou prejudiciais à racionalidade. Essa compreensão foi construída ao longo de uma extensa tradição cartesiana, segundo a qual as emoções eram consideradas como perturbações irracionais do pensamento racional e; logo, eram frequentemente relegadas a um papel secundário ou até mesmo negadas como fenômenos relevantes para a compreensão da mente humana. Todavia, tanto Spinoza (2007) quanto Vygotsky (2009) desafiaram essa visão reducionista, destacando a centralidade da afetividade na formação do pensamento e do comportamento humanos. Para Spinoza (2007), as emoções são entendidas como modificações do corpo e da mente que resultam da interação complexa entre os indivíduos e o mundo ao seu redor, desempenhando um papel fundamental na busca pela autoconservação e na orientação para o bem. Já Vygotsky (2009), em sua teoria sociocultural, enfatizou a importância das interações sociais e das relações afetivas na construção do conhecimento e no desenvolvimento humano, argumentando que as emoções desempenham um papel crucial na mediação entre o sujeito e seu ambiente social e cultural.

Essas abordagens representam uma mudança significativa de paradigma em relação às concepções anteriores, pois colocam a afetividade no centro da compreensão da natureza humana e do funcionamento psicológico. Ao reconhecer a importância das emoções na vida mental e social dos indivíduos, Spinoza (2007) e Vygotsky (2009) oferecem uma visão mais integradora do ser humano, que valoriza a complexidade e a interconexão entre os aspectos cognitivos, afetivos e sociais do desenvolvimento. Essa perspectiva não apenas enriquece nossa compreensão da mente humana, mas também tem importantes implicações para a prática educacional e para o entendimento das dinâmicas sociais e culturais. Neste estudo, algumas ideias de Spinoza (2007) serão fundamentais para a reflexão que buscamos construir, como os "bons encontros" e os "maus encontros", conceitos apresentados pelo filósofo holandês na obra "Ética". Spinoza utiliza esses termos para descrever as diferentes formas como os indivíduos podem interagir e se relacionar com o mundo ao seu redor. De acordo com o autor, os "bons

encontros" referem-se a experiências que aumentam nossa potência de agir, ou seja, que contribuem para nosso bem-estar e desenvolvimento pessoal. Por outro lado, os "maus encontros" são aqueles que diminuem nossa potência de agir, causando sofrimento ou limitando nossa liberdade e capacidade de agir no mundo. Essa distinção entre bons e maus encontros está intimamente relacionada à ideia de *conatus*, conceito central que representa a potência de existir, de perseverar e buscar sempre algo que aumente sua força de agir. Assim, essa pulsão que é o *conatus* é beneficiada pelos bons encontros, que instigam e motivam criando condições de alegria; ou essa potência também pode ser mitigada pelos maus encontros, que podem oferecer tristeza e desmotivação.

Assim como Spinoza (2007), Vygotsky (2009) também influenciou a construção do conceito proposto por Sawaia (1999), pois a autora compreende a emoção e o sentimento como significados que afetam o sistema psicológico através de interações sociais com outros sujeitos. Tais noções são fundamentais para a compreensão do sofrimento ético-político apresentado por Sawaia, que não pode ser considerado como um sentimento individual, mas sempre coletivo, compartilhado com outros sujeitos que também estão em situação de sofrimento devido à exclusão social que vivenciam. Isso ocorre, por exemplo, com pessoas trans e não binárias, que continuam apresentando altos índices de evasão escolar, principalmente por não se sentirem acolhidas nas instituições de ensino e vivenciarem situações de discriminação no espaço que deveria atuar como local de transformação social. Como demonstra o estudo feito por Salgado (2011) através de entrevistas com a população LGBTQIA+ em situação de rua na cidade de São Paulo.

3. Metodologia

A abordagem qualitativa de pesquisa adotada está em consonância com a afirmação de Denzin e Lincoln (2006), segundo a qual:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações (...) o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (Denzin e Lincoln, 2006, p. 17).

Assim, a pesquisa qualitativa não se restringe a apenas um paradigma metodológico, mas amplia os horizontes de compreensão do fenômeno investigado ao possibilitar diferentes escolhas de conceitos e ferramentas analíticas. A abordagem adotada neste estudo compreende a pesquisa como prática problematizadora (Pennycook, 2004; Moita Lopes; Fabricio, 2019), que não busca um resultado final, pois reconhece que o evento observado está sempre em movimento (Moita Lopes; Fabricio, 2019). Por isso, Denzin e Lincoln (2006) afirmam que é possível aos pesquisadores assumir imagens diversas em que o gênero é abertamente marcado. Portanto, a pesquisa qualitativa é também política e possibilita o posicionamento dos pesquisadores sem qualquer pretensão de neutralidade ou imparcialidade. Além disso, de acordo com Roulston, K. e Halpin, S. N. (2022), o objetivo das pesquisas qualitativas é construir uma compreensão aprofundada e radicalmente situada do assunto ao invés de generalizações estatísticas, visão que representa também o nosso propósito com este estudo. Nessa perspectiva, o pesquisador participa da construção de sentidos e não pode ser considerado como um observador externo, neutro ou imparcial em relação ao objeto de estudo. Assim, busca-se compreender a perspectiva dos participantes através de um modelo subjetivista/interpretativista, que visa à compreensão de fenômenos sociais no contexto em que ocorrem e entende o discurso dos participantes como processo a ser compreendido, não como objeto a ser explicado.

3.1 Geração dos dados

Seguindo os preceitos metodológicos discutidos acima, a geração dos dados para esta pesquisa consiste em entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente na biblioteca de uma unidade escolar da rede pública municipal localizada na Baixada Litorânea do estado do Rio de Janeiro. Roulston e Halpin (2022) ressaltam algumas das vantagens da entrevista semiestruturada que coadunam os objetivos desta pesquisa, tais como a abertura das questões, o que possibilita espaço para que os participantes contem histórias; a possibilidade de adaptação das perguntas ao que é dito pelos participantes e a segurança de que todos os tópicos essenciais sejam contemplados. Ademais, os autores destacam algumas orientações que foram fundamentais para a formulação das perguntas: organizar os tópicos do mais abrangente para o mais específico, não induzir respostas através das questões e realizar uma pergunta de cada vez.

Em uma amostragem por conveniência, foram entrevistados 8 professores de linguagens que atuam no Ensino Fundamental. Os participantes são graduados em Letras e ministram disciplinas de Inglês ou Português no Ensino Fundamental como servidores efetivos. A faixa etária dos entrevistados varia entre 30 e 40 anos, 3 homens e 5 mulheres. As entrevistas duraram em média 20 minutos e todas foram combinadas através do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp®. Nessa ocasião, os participantes foram informados de que receberiam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com antecedência para que pudessem conferir o tema, os benefícios e cuidados éticos da pesquisa, assim como a garantia de anonimato por meio de pseudônimos e a confidencialidade dos arquivos de áudio. Com isso, todos os professores convidados aceitaram participar da pesquisa. Ademais, o recorte pela área de linguagens na seleção dos professores justifica-se pela relação direta com a temática da neolinguagem, que foi abordada ao longo das entrevistas, pois as informações sobre essa demanda social e suas decorrentes disputas poderiam ser exploradas de acordo com as competências e habilidades determinadas pela BNCC (2018) no campo de linguagens. Embora esses documentos não explicitem questões relacionadas a gênero, as menções à valorização da diversidade, aos direitos humanos e ao combate à discriminação são temas que podem ser abordados por meio de discussões sobre neolinguagem, como apontado por Oliveira (2022), cujo trabalho ressaltou a possibilidade de abordar as 10 competências gerais da BNCC através de debates e reflexões sobre linguagem não binária na Educação Básica.

Com o objetivo de desenvolver a ferramenta de geração de dados (i.e. roteiro de entrevistas), empreendemos um estudo piloto através da elaboração de 10 perguntas que foram posteriormente condensadas em 6 questões norteadoras. Além disso, as questões foram organizadas a partir de temas mais gerais ligados à vivência dos professores como discriminação, presença de alunos LGBTQIA+ na escola e discussões sobre gênero e identidade. Em seguida, introduzimos perguntas mais específicas sobre neolinguagem. Desse modo, chegamos às perguntas disparadoras abaixo:

1. Você já teve alunos que deixaram a escola por sofrerem algum tipo de discriminação?
2. Você já teve alguma experiência com alunos trans e não-binários em sala de aula?
3. Em sua opinião, qual é o maior obstáculo para discutir questões de gênero e identidade nas escolas?
4. Você sabe o que é linguagem neutra?

5. Quais são os principais desafios que você encontra ao tentar falar sobre linguagem neutra na escola? Você recebeu algum tipo de formação sobre linguagem neutra?

6. Você acha que o uso de linguagem neutra pode trazer algum prejuízo à aprendizagem dos alunos?

O termo “linguagem neutra” foi adotado nas perguntas disparadoras, pois é o nome pelo qual o público conhece o fenômeno aqui referido como neolinguagem. Em seguida, com as perguntas disparadoras reformuladas, o roteiro foi testado em entrevista piloto para identificar possíveis falhas de comunicação e ambiguidades, pois segundo Roulston, K; Halpin, S. N. (2022), o desentendimento é uma das principais limitações da entrevista como fonte de informação. Embora haja preocupação com o aprimoramento das questões norteadoras da entrevista, não se pretende resolver com isso todas as situações possíveis, já que segundo Mishler (1986), é fundamental manter a abertura e a reformulação de questões na condução de entrevista, propiciando as condições necessárias para que os participantes construam suas reflexões. Ademais, as entrevistas foram realizadas de modo individualizado e sigiloso, considerando a afirmação de Weller (2015), cujo trabalho comparou diferentes modalidades de entrevista chegando à conclusão de que aquelas realizadas face a face apresentam maior qualidade e engajamento dos participantes. Já os registros foram efetuados por meio do aplicativo “Gravador – Apple Inc. versão 2021”, cujas gravações foram transcritas através da ferramenta Sonix.ai, posteriormente, verificadas e acrescidas das convenções para transcrição utilizadas por Borba (2016).

3.2 Entrevista construcionista

Silverman (2001) ao discorrer sobre a metodologia qualitativa de pesquisa, apresenta as particularidades de três tipos de entrevistas: positivistas, emocionalistas e construcionistas. O primeiro tipo de entrevista é amplamente criticado pelo autor devido à postura dos entrevistadores em buscar no discurso a extração de uma resposta pretensamente neutra, uma verdade a ser revelada pela fala do participante. Já a entrevista emocionalista é caracterizada pelo engajamento social e pela busca por despertar uma relação afetiva entre os participantes com o objetivo de fornecer acesso às emoções e vivências dos entrevistados, cujo êxito depende da empatia construída entre entrevistado e entrevistador ao longo da interação.

Em contrapartida, a entrevista construcionista adotada nesta pesquisa, de acordo com a proposta de Holstein & Gubrium (2003), é caracterizada por compreender o potencial do discurso de reconstruir a realidade social e considerar o entrevistador como participante da interação discursiva, cujas características, experiências e ideologias também interferem na construção de sentidos. Embora tenhamos selecionado a entrevista construcionista como modelo adotado, reconhecemos as limitações apontadas por Silverman (2001) em relação ao diálogo necessário entre os sentidos locais analisados nas entrevistas e os significados mais amplos presentes no contexto macrossocial.

3.3 Características das entrevistas

As entrevistas foram realizadas nas últimas semanas de dezembro de 2023, quando não havia mais alunos na escola. A escolha deste período para a realização das entrevistas foi muito produtiva já que trouxe maior leveza às conversas e possibilitou que os participantes desenvolvessem suas ideias sem preocupação com o horário de retorno à sala de aula. Assim, iniciamos as entrevistas individuais explicando aos participantes que poderiam se recusar a responder questões ou interromper a entrevista a qualquer momento. Em seguida, notamos que ao ligar o gravador para iniciar a entrevista, os entrevistados assumiram uma postura mais formal, não só nos gestos, mas também no uso de uma linguagem mais monitorada; embora tenhamos escolhido um ambiente familiar da escola, a biblioteca, e utilizado mesas redondas ou nenhuma mesa na entrevista, essa formalidade pareceu inevitável. Nas entrevistas, buscamos instigar os participantes a compartilharem suas perspectivas sobre a experiência de ter em sala de aula estudantes trans e não-binários, e também, sobre a neolinguagem em si, etapa em que alguns manifestaram desconhecer as características do fenômeno e seu funcionamento. Nesse momento, compartilhamos algumas experiências sobre o assunto citando situações em que o tema da neolinguagem foi mencionado pelos alunos nas aulas, o que parece ter estimulado os participantes a relatarem as suas vivências também; pois a partir dessa troca, diversas histórias emergiram. Já a abertura das questões viabilizou diferentes possibilidades de resposta e espaço para que os professores compartilhassem suas experiências, angústias e anseios em relação à neolinguagem na escola e ao acolhimento de estudantes LGBTQIA+. Além disso, não nos limitamos às questões norteadoras, pois outras perguntas surgiram de acordo com as

circunstâncias da entrevista. Essa etapa foi dividida em dois momentos: o primeiro relacionado às experiências dos professores com alunos trans, não-binaries e com situações de discriminação na escola; o segundo, com foco na neolinguagem e no posicionamento dos professores em relação à sua abordagem em sala de aula. Buscamos, assim, discutir possíveis benefícios ou prejuízos de sua utilização; para isso, foi fundamental adotar uma postura livre de julgamentos no processo de escuta das histórias narradas pelos participantes, haja vista a polêmica envolvida no tema.

Na etapa de análise dos dados gerados através das entrevistas, consideramos a importância de relacionar as dimensões micro e macrosociais dos discursos produzidos através dessas interações, pois compreendemos que tais discursos não são construídos em um vácuo social, já que estão sempre relacionados a contextos sócio-históricos mais amplos. Por ora, ressaltamos algumas características geográficas e sociais do local em que as entrevistas foram realizadas, que serão recuperadas posteriormente neste artigo.

O município no qual os participantes atuam possui aproximadamente 150 mil habitantes, de acordo com estudo do IBGE (2020), e apresenta tendência conservadora, cristã e liberal nas eleições municipais, estaduais e federais. As eleições de 2022 exemplificam essa tendência mais conservadora da cidade: os votos em Bolsonaro representaram 64,13% dos votos válidos. Além disso, a câmara é composta por 13 vereadores, todos homens, sendo 3 do Partido Verde, 2 do Democracia Cristã, 1 do Republicanos, 1 do Solidariedade, 2 do Movimento Democrático Brasileiro, 2 do Partido Livre, 1 do Partido Social Democrático e 1 do Partido Social Cristão. Ao longo das entrevistas, a preocupação com o caráter religioso e conservador da cidade, não só nas eleições de governantes, mas também na eleição de diretores das escolas, foi um tema bastante profícuo. A possibilidade de escolher democraticamente os diretores das unidades escolares do município é uma demanda antiga dos profissionais de educação. No entanto, somente em 2023, houve a primeira eleição para diretores, na qual a maioria dos gestores, que já atuavam no cargo por indicação política, foram reeleitos. Assim, a administração das unidades escolares tende a alinhar-se politicamente às ideologias adotadas pelos governantes da esfera municipal.

3.4 Implicações éticas

Os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, ver Anexo) com antecedência para que pudessem refletir sobre a sua participação na pesquisa, assim

como sanar possíveis dúvidas. Esse termo objetiva garantir a preservação do anonimato dos participantes ao substituir seus nomes por pseudônimos e estabelecer o compromisso de disponibilizar os resultados da pesquisa seguindo os critérios estabelecidos pela Resolução nº 510/2016, que institui as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que envolvem a participação de seres humanos. Tais procedimentos são adotados também no processo de divulgação científica subsequente à pesquisa ao considerar a responsabilidade ética pelo conhecimento produzido através do estudo e a quem esse conhecimento beneficia ou prejudica.

Tabela 1 – Pseudônimos e dados de participantes

Pseudônimo	Idade	Tempo de magistério	Raça	Gênero
Fabiana	31	5 anos	Negra	Mulher Cis
Paulo	29	6 anos	Branco	Homem Cis
Vanderlei	32	10 anos	Negro	Homem Cis
Neuza	30	5 anos	Branca	Mulher Cis
Carolina	39	13 anos	Branca	Mulher Cis
Isadora	31	3 anos	Parda	Mulher Cis
Jefferson	34	15 anos	Negro	Homem Cis
Layla	39	20 anos	Branca	Mulher Cis

Fonte: Elaboração própria.

4. Sofrimento ético-político

Antes de conceituarmos o sofrimento ético-político proposto por Sawaia (1999), é fundamental traçarmos algumas compreensões sobre as noções de emoção e afetividade adotadas pela autora com base em Spinoza, segundo a qual, “a afetividade como totalidade engloba o sentimento e a emoção. O sentimento se refere às reações moderadas de prazer e desprazer. A emoção é um fenômeno afetivo muito intenso e breve, e diz respeito a um objeto específico (SAWAIA, 1999, p. 8). Ademais, Spinoza (2007) também estabelece diferenças entre as noções de afecção e afeto, pois para o autor a afecção pode ser compreendida pela maneira como nos sentimos nos encontros com outras pessoas, o que pode gerar afeto, ou seja, sentimentos construídos na relação com a alteridade capazes de marcar a vida de alguém. Ao longo das entrevistas, é possível perceber como os bons e maus encontros afetam a vida dos participantes

aumentando ou diminuindo sua potência de agir. Além disso, o sofrimento ético-político também pode ser observado nos relatos dos entrevistados, que vivenciam situações de insegurança nas instituições de ensino devido aos avanços políticos do conservadorismo e de projetos de lei com o objetivo de proibir e punir debates sobre neolinguagem, e consequentemente sobre gênero, em sala de aula. Sobre o conceito de sofrimento ético-político, Sawaia (1999) afirma:

O sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto. (Sawaia, 1999, pp. 104-105)

Assim, como vamos observar ao longo das entrevistas, é notável o modo como os professores LGBTQIA vivenciam de maneira mais intensa os efeitos do avanço nas restrições ligadas à abordagem de questões de gênero em sala de aula, como a neolinguagem ou o uso de nome social. Esses educadores também experienciaram situações de exclusão quando eram estudantes na Educação Básica, de modo que compartilham a necessidade apresentada pelos alunos por uma escola mais acolhedora e inclusiva.

4.1 Análise das entrevistas

A análise das entrevistas foi realizada com base em 3 categorias que emergiram em nossa análise e auxiliaram na identificação dos núcleos de sentido nos quais aparecem emoções relevantes para a compreensão do sofrimento ético-político. Essas categorias são: conservadorismo, formação e medo.

4.2 Conservadorismo

Nos relatos apresentados pelos participantes, o crescimento do conservadorismo aparece com um dos sintagmas mais frequentes devido à preocupação com o avanço da desconfiança em relação ao trabalho dos professores, cujo contexto sociopolítico já foi explorado no início do artigo. Abaixo, o participante Vanderlei relata uma situação vivenciada na escola em que fazia

hora-extra e se sentiu desconfortável por não poder utilizar o nome social escolhido por um aluno trans, tampouco tratá-lo pelo gênero de sua preferência.

Vanderlei: Fui fazer a chamada no primeiro dia e a aluna se sentiu incomodada em ser chamada pelo nome dela. Depois ela me ... pediu para ser chamada por um nome no masculino. Eu fiquei super desconfortável, mas continuei a aula tratando e falando com ela no nome social em que ela queria ser tratada. Mas eu fiquei com medo, com medo de como a instituição... Eu trabalho em uma instituição muito arcaica, em que vários gestores são pastores, inclusive em que há um direcionamento cristão na educação. E eu fiquei...A laicidade está um pouco longe dessa rede. Eu fiquei um pouco desconfortável.

Nesse momento, também compartilhei experiências em que meus alunos solicitaram que eu usasse neolinguagem para fazer referência a eles e como isso foi bem recebido pela minha turma. Embora o professor Vanderlei compreendesse a importância que havia para o aluno em ser tratado pelo nome de acordo com o gênero com o qual se identifica, viu-se em uma situação na qual precisou escolher entre a segurança do seu trabalho e o seu desejo como educador. O histórico conservador da escola e a presença de líderes religiosos na função de gestores provocam a sensação de insegurança quanto ao direcionamento das questões de gênero em sala de aula. Em outro momento da entrevista, o participante é indagado se percebe essa preocupação em seus colegas de trabalho.

Vanderlei: Depende. Os meus colegas, que são bolsonaristas, por exemplo, tem colegas de trabalho que são bolsonaristas. Geralmente o colega que tem uma veia cristã, ele se nega e acha que é uma bobagem. Que palhaçada! E nem se abre ao diálogo, a aprender. E aí eu acho que esses colegas estão é dificultando até o trabalho deles, porque a gente lida com a sociedade, a sociedade muda e nós temos que mudar também junto. [...] Ainda mais em tempos bolsonaristas. Eu sei que agora a coisa já está mudando, mas ainda a gente tem um grande resquício, né? Quase metade da nossa população é bolsonarista e no município onde eu atuo a gente tem 80% de pessoas bolsonaristas. Então não tem como negar isso. Então eu fico com receio de receber assédio moral por conta disso. Então, até que forma isso vai interferir até nas minhas avaliações institucionais? Então, mas eu me sinto desconfortável. Queria muito poder falar mais sobre isso.

No primeiro trecho, o predomínio do conservadorismo é exemplificado através da mistura entre religião e ensino observada pelo professor na administração das escolas do município. Já no segundo trecho, o conservadorismo é representado pela escolha política nas eleições presidenciais dos últimos anos pelo candidato Bolsonaro, nome mais emblemático da extrema

direita atualmente e ex-presidente da república. Embora a percepção do professor em relação à escolha presidencial tenha sido assertiva quanto à majoritariedade, Bolsonaro recebeu 64% dos votos válidos nas eleições de 2022. Outrossim, quanto à participação da escola, o professor relata que diante do pedido do aluno, mencionado anteriormente, sentiu-se mais seguro para conversar com a gestão da escola antes de manter o uso do gênero masculino para fazer referência ao discente. Essa interação resultou no que Spinoza reconhece como “maus encontros”, pois diminuiu a potência de agir do professor ao confrontá-lo com possíveis implicações legais e problemas com a família. Esse aspecto fica mais evidente no trecho seguinte:

Victor: E aí a gente vai estar sonegando o direito daquele aluno de exercer a particularidade, quem ele é, quem ele é, sobre quem ele é. Só isso. E você não vai tratá-lo como ele gostaria de ser tratado. E quem é esse aluno. Assim pode sofrer várias outras coisas por conta disso. Se começar na escola esse acolhimento a gente leva para a sociedade.

No excerto acima, é possível observar a preocupação manifestada pelo professor em relação ao aluno e ao respeito à sua identidade e dignidade no ambiente escolar, à liberdade de ser e também de ser reconhecido pelos outros. O que poderia ser um bom encontro, capaz de provocar sentimentos de alegria e felicidade resultou em uma experiência que causa sofrimento não só ao aluno, cuja identidade de gênero não foi acolhida no ambiente escolar, mas ao professor, que também sofreu situações de discriminação de gênero quando era estudante e que não pode agir conforme as necessidades de seus alunos no papel de professor por falta de respaldo legal e segurança.

Assim, observamos o que é referido na literatura como inclusão perversa, pois embora seja cada vez mais comum a presença de professores LGBTQIA+ nas instituições de ensino, esses docentes ainda são limitados pelas regras sociais da matriz heteronormativa. Além disso, nota-se que o núcleo de sentidos ligados ao conservadorismo no trecho citado está relacionado a sentimentos de impotência, angústia, insegurança e apreensão. Com base em Spinoza, pode-se compreender que esses sentimentos reduzem a potência de agir do sujeito, inserindo-o em uma posição subalterna.

4.3 Formação

No que concerne à formação e preparação para lidar com questões de gênero, especialmente a neolinguagem, todos os participantes relataram a necessidade de uma preparação mais específica oferecida pela secretaria de educação ou até mesmo pela escola, pois situações como essas têm aparecido com cada vez mais frequência e muitos ainda não sabem como acolher alunos LGBTQIA+ de maneira mais inclusiva.

Vanderlei: Então, assim. Mas eu não pesquisei a fundo. Eu também queria que esse assunto estivesse mais próximo a mim nas formações. Eu queria entender mais sobre isso também, para me sentir mais seguro e ser mais inclusivo, porque eu sou um professor inclusivo. [...] Eu, por exemplo, quero ser formado com relação a isso. Eu quero, eu quero me embasar. E eu percebo que alguns colegas não querem nem ouvir. É como se isso fosse errado, né?

No excerto acima, é possível notar os sentimentos de ansiedade, insegurança e aflição quanto à formação continuada, que o participante compreende como uma necessidade de todos que trabalham no espaço da escola, não só de professores.

Vanderlei: Todos os espaços da escola precisam ser inclusivos, não só professor na sala, porque muitas vezes é um outro profissional da educação que pode deslegitimar a fala acolhedora de um professor. Isso também tem que ficar claro. A formação e o debate têm que ser para a escola toda, quiçá para a comunidade, né? Pra sociedade. Mas assim, pensando na escola, no micro, pelo menos para todos os profissionais da escola, porque eu não me sinto seguro debatendo e tentando acolher sem um respaldo legal.

Percebe-se que o aspecto da segurança aparece de modo sistemático na fala do participante, que compreende a importância de uma preocupação com o acolhimento de pessoas trans e não binárias que perpassa toda a escola, o que proporcionaria também o amparo legal e institucional de que precisa para acolhê-los sem receio de ser perseguido ou assediado moralmente.

4.4 Medo

O medo é um dos sentimentos mais produtivos nas 8 entrevistas realizadas, pois está relacionado não só ao receio de punições administrativas, mas também ao medo de afetar negativamente a vida de alunos cujas identidades ainda não são acolhidas ou respeitadas no ambiente escolar.

Vanderlei: Porque é um assunto muito novo e como professor de língua portuguesa eu fico com um pouco de medo também. Como os alunos, os pais dos alunos, principalmente, vão lidar com essas questões, porque a linguagem neutra, ela tá cercada de questões ideológicas também. E as polêmicas que são criadas pela linguagem neutra, que deixam a gente amedrontado. Então, em tempos de escola sem partido e outros cerceamentos do professor, eu me sinto amedrontado.

Os significados presentes no campo semântico explorado pelos sentimentos expressos nesse excerto são construídos através dos itens lexicais “medo” e “amedrontado”. Além das dificuldades existentes no ambiente escolar para tratar do tema, outros receios envolvem a perspectiva das famílias e as polêmicas envolvidas nas discussões que atravessam o extinto programa Escola Sem Partido, que ainda têm impacto significativo na percepção da autonomia dos professores. No excerto seguinte, o participante também comenta como é afetado pela fala da coordenação sobre quais procedimentos poderiam ser adotados em relação ao aluno trans.

Vanderlei: A coordenação foi bem enfática, enfática em dizer que eu teria que tratá-la no feminino, que os pais não concordavam que ela era menor de idade. O que valia era o nome que estava no diário, porque é o documento oficial e que depois eu poderia inclusive responder por algum processo, alguma coisa, por estar tratando ela por um nome que não era oficial. Então eu fiquei um pouco amedrontado. Eu gostaria de chama-la como ela queria ser chamada. [...] E aí por medo você acaba não falando, tentando se esquivar dos alunos. E é ruim, né? A gente tá na escola pra debater, pra discutir.

Vanderlei: Insegurança total. E eu assim, até hoje eu tô meio assim. Será que isso vai acontecer? E aí, qual vai ser o próximo? Quando vai acontecer? Quando que a gente vai ter essa atualização, essa, essa naturalização de algo que é natural na educação? Por uma questão de não me sentir seguro institucionalmente, eu não me sinto à vontade [para usar neolinguagem em roda de conversa] porque é um pai chegando na secretaria da escola depois dessa roda de conversa, por exemplo, na turma, ou de uma questão até gramatical. Um pai chegando para reclamar como eu vou lidar sem um respaldo? Ao mesmo tempo, me causa um incômodo não poder falar tão abertamente sabendo que o ambiente da escola, o ambiente da sala de aula tem que ser o ambiente da pluralidade que a gente fala sobre tudo e que a gente realmente agradece pela diferença existir, porque isso torna a nossa sociedade muito melhor. Eu fico um pouco incomodado em não me sentir confortável ainda de falar tão abertamente quando o aluno faz um questionamento ou outro e já aconteceu e eu tentei sair pela tangente para nesse momento não abrir uma discussão, porque é uma discussão de um pronome, de uma questão gramatical.

Esse mau encontro afetou o professor de tal modo que provocou não só os sentimentos de insegurança, medo e angústia, mas também de ansiedade em relação a possíveis experiências futuras. Quando a situação supracitada ocorreu, ele estava substituindo outro professor por alguns meses, portanto não permaneceu com aquela turma e não precisou lidar com a insatisfação dos colegas de classe, que não só se referiam ao aluno com o gênero com o qual se identifica, mas também argumentaram com o professor que a conduta da escola era desrespeitosa. Portanto, observamos também nesta última categoria que a conduta da escola não impediu a potência de ação dos estudantes, que permaneceram defendendo o direito do colega de ser chamado pelo nome que condiz com a sua identidade de gênero.

Considerações finais

Influenciada pela perspectiva da psicologia sócio-histórica, esta pesquisa analisou os sofrimentos na sua dimensão ético-política presentes nas relações de trabalho e nas interações de professores LGBTQIA+ com estudantes trans e não-binários em ambiente escolar. As entrevistas com os professores e a própria experiência da pesquisadora no Ensino Fundamental ajudaram a conhecer melhor as dimensões do sofrimento e das dificuldades vivenciadas pelos professores ao tratar de questões relacionadas a gênero em sala de aula, especialmente no que concerne à neolinguagem.

Com base na análise das entrevistas, é fundamental reconhecermos a necessidade de que a escola se insira num contexto de bons encontros para reanimar as potências de ação de todos os envolvidos no processo de aprendizagem. Assim, será possível refletir sobre formas de enfrentamento ao sofrimento ético-político, principalmente ao garantir direitos básicos como não ser discriminado e ter sua identidade respeitada.

Informações complementares:

a) Declaração de contribuição das autoras e dos autores:

O artigo possui apenas uma autora, assim, todas as etapas da pesquisa, incluindo sua produção escrita foram realizadas por Dianna de Oliveira Ribas.

b) Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais:

O material que serviu de base para a composição desse artigo está listado e organizado na seção relativa às referências bibliográficas. Já o conteúdo das entrevistas que foram utilizadas na análise é protegido por questões éticas.

c) Declaração de conflito de interesse:

Declaro não haver conflito de interesse.

d) Avaliação por pares:

✓ **Avaliador 1:** Francisco Estefogo (rejeitar)

Para além dos inúmeros deslizes de escrita (e.g.: excessiva repetição de palavras, oscilação do discurso narrativo, uso inadequado de alguns termos etc.), além de problemas de citação, conforme as regras da ABNT (2023), o artigo não entrega o que se propõe, ou seja, “conhecer a dimensão ético-política do sofrimento de professores em relação à abordagem de linguagem neutra nas instituições de ensino e no acolhimento de discentes trans e não-binaries”. No mais, é mencionado que “apresentaremos os resultados do estudo e as contribuições para possíveis desdobramentos da pesquisa”. De forma contrária, as considerações finais são absolutamente muito incipientes, pois não resgatam os objetivos, nem propiciam reflexões mais contundentes no que diz respeito ao conceito central, ou seja, o sofrimento ético-político, frente aos resultados, tampouco descreve “os possíveis desdobramentos da pesquisa”. Ainda, as discussões e interpretações dos dados não são articuladas com o “sofrimento ético-político”, como anunciado.

✓ **Avaliador 2:** Andrea Gabriela do Prado Amorim (correções obrigatórias)

O artigo tem potencial para publicação e apresenta uma proposta interessante de reflexão: "conhecer a dimensão ético-política do sofrimento de professores em relação à abordagem de questões relacionadas a gênero na escola, especialmente no que concerne à abordagem de linguagem “neutra” nas instituições de ensino e no acolhimento de alunos LGBTQIA+”. No entanto, os autores precisam realizar alguns ajustes que mencionarei aqui, porém, encaminho em detalhes no arquivo lido e comentado. São eles: rever a escrita do objetivo que está de uma forma no resumo e um pouco diferente na página 3. Rever a escrita do coletivo LGBTQIA+ se terá ou não a inserção das letras PN, inserir ano de algumas referências citadas ao longo do texto, necessário aprofundar um pouco a escrita sobre o conceito sofrimento ético-político e/ou reorganizar o local onde ele aparece no texto do artigo, rever formatação e espaçamento entre linhas na página 11, incluir um ou dois parágrafos que nos tragam mais pontos da escolha pela entrevista construcionist. Embora seja citado no corpo do texto, não há anexo do artigo. Recuperar a justificativa da escolha pelo aprofundamento da análise em apenas uma das entrevistas realizadas. Sugestão: destacar usando os recursos negrito, sublinhado, entre outros, as palavras principais usadas pelo entrevistado que permitiu, ao autor, estabelecer as relações nas análises. Referenciar o conceito "inclusão perversa ". Faltou recuperar a relação entre as 3 categorias de análise: conservadorismo, formação e medo na escrita das considerações finais e rever e verificar a formatação das fontes apresentadas na lista de referências. Também há 2 referências citadas que não constam no corpo do texto. Gostei muito da maneira como o artigo articula o conceito central ao sofrimento dos professores e todo o arcabouço estrutural que são submetidos em sua prática e silenciados nela e por ela.

✓ **Avaliador 3:** Adolfo Tanzi Neto (aceitar)

O trabalho apresenta envergadura teórica e analítica relevante e discussão contundente sobre a temática do volume.

Referências

- BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, v. 391, p. 355-387, 2011.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; DE ÁVILA OTHERO, Gabriel. **Linguagem “neutra”. língua e gênero em debate**. Parábola Editorial, 2022.
- BONASSI, Brune Camilo et al. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. 2017.
- Borba, R. (2019). Gendered politics of enmity: gender ideologies and social polarization in BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos pagu**, p. 441-474, 2014. Brazil. Gender and Language, vol. 13, n. 4, p. 423 – 448.
- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos pagu**, p. 441-474, 2014.
- BORBA, Rodrigo. Receita para se tornar um" transexual verdadeiro": discurso, interação e (des) identificação no processo transexualizador. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 55, n. 1, p. 33-75, 2016.
- BORBA, Rodrigo; LOPES, Adriana Carvalho. Archi-écritures de genre et politiques de différence: immondices verbales et littéracies d'intervention dans le quotidien des établissements scolaires. **GLAD!. Revue sur le langage, le genre, les sexualités**, n. 07, 2019.
- BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: DF, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BREVILHERI, Ursula Boreal Lopes; LANZA, Fabio; SARTORELLI, May Romeiro. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, p. e523111133741-e523111133741, 2022.
- BRIGGS, C. L. “Interviewing, Power/Knowledge, and Social Inequality”. In: GUBRIUM F. J.; HOLSTEIN, J. A. (orgs.). Postmodern Interviewing. Thousand Oaks: SAGE, 2003.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.
- CAMERON, Deborah. **Verbal hygiene**. Routledge, 2012.
- COADY, Ann. The origin of sexism in language. **Gender and Language**, v. 12, p. 271-293, 2018.
- DA MOITA LOPES, Luiz Paulo (Ed.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. Parábola, 2006.

DA MOITA LOPES, Luiz Paulo; FABRÍCIO, Branca Falabella. Por uma 'proximidade crítica' nos estudos em Linguística Aplicada. **Calidoscópio**, v. 17, n. 4, p. 711, 2019.

DE SOUZA SANTOS, Boaventura. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Lua Nova**, v. 39, 1997.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**, v. 2, p. 15-41, 2006.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística aplicada como espaço de "desaprendizagem": redescrições em curso. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, p. 45-65, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nacimiento de la biopolítica: curso del Collège de France (1978-1979)**. Ediciones Akal, 2009.

FREITAS, Monique Amaral de. O "x" da questão: gênero neutro como ato ético e estético. **Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso (GEGe). Palavras e Contrapalavras: cortejando a vida no cotidiano**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2015.

GABRIEL, Ute; GYGAX, Pascal. Can societal language amendments change gender representation? The case of Norway. **Scandinavian Journal of Psychology**, v. 49, n. 5, p. 451-457, 2008.

GABRIEL, Ute; MELLENBERGER, Franziska. Exchanging the generic masculine for gender-balanced forms-The impact of context valence. **Swiss Journal of Psychology**, v. 63, n. 4, p. 273-278, 2004.

GRECO, Luca. Linguistic uprisings: Toward a grammar of emancipation. **H-France Salon**, v. 11, n. 14, p. 13, 2019.

GYGAX, Pascal; GABRIEL, Ute. Gender representation in language: More than meets the eye. 2011.

IRVINE, Judith T.; GAL, Susan; KROSKRITY, Paul V. Regimes of language: Ideologies, politics, and identities. Paul V. Kroskrity, Ed, p. 35-83, 2000.

Junqueira, Rogério Diniz. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, 18 (43), 449-502.

Lagares, X. Da diacronia para a sincronia e além: A invenção da linguística e da língua nacional. In: Vieira, F.; Bagno, M. (orgs.), **História das línguas, histórias da linguística, Linguística da norma**, p. 85 – 112. São Paulo: Loyola. 2020

MISHER, E. Research interviewing: Problems of the research interview. 1986.

OLIVEIRA, Samuel. A linguagem neutra e o ensino de língua portuguesa na escola. OTHERO, Gabriel de Ávila; FILHO, Fábio Ramos Barbosa. **Linguagem “Neutra”. Língua e Gênero em Debate**. São Paulo: Parábola, p. 177-195, 2022.

PENNYCOOK, Alastair. Performativity and language studies. **Critical inquiry in language studies: An international journal**, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2004.

ROULSTON, Kathryn; HALPIN, Sean N. Designing qualitative research using interview data. **The SAGE handbook of qualitative research design**, v. 1, p. 667-683, 2022.

SALGADO, Fernanda Maria Munhoz et al. Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo. 2011.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**, p. 96-116, 1999.

SIGNORINI, Inês. Por uma teoria da desregulamentação linguística. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, p. 93-125, 2012.

SILVERMAN, D. Interpreting Qualitative Data. **Methods for Analyzing Talk, Text and Interaction**. 2. ed. London: SAGE, 2001.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. São, 2001.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch et al. **Pensamento e linguagem** [em linha]. 1987.